

PROTOCOLO

Estado de Rondônia  
Assembleia Legislativa  
17 JUN 2025  
Protocolo: 20/25

PROPOSTA DE  
EMENDA À  
CONSTITUIÇÃO

Nº 20/25

AUTORIA: COLETIVA

Acrescenta os §§ 2º-A e 2º-B ao artigo 61 da  
Constituição do Estado de Rondônia.

**A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, nos termos do § 3º do artigo 38 da Constituição do Estado, promulga a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Ficam acrescentados os §§ 2º-A e 2º-B ao artigo 61 da Constituição do Estado de Rondônia com a seguinte redação:

“Art. 61. ....

§ 1º ....

§ 2º ....

§ 2º-A. O Governador manterá o exercício pleno de suas funções, mesmo nas ausências autorizadas na forma do § 1º deste artigo, mediante utilização de meios digitais e tecnológicos disponíveis para a prática de todos os atos administrativos e governamentais necessários ao regular funcionamento da Administração Pública Estadual.

§ 2º-B. A substituição do cargo ao Vice-Governador, nas hipóteses do § 1º deste artigo, somente ocorrerá mediante comunicação expressa do Governador acerca dessa intenção à Assembleia Legislativa ou nos casos de impedimento legal previstos no artigo 58 desta Constituição.

.....”(NR)

Art. 2º Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário das Deliberações, 17 de junho de 2025.



PROTOCOLO		PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO	Nº
	AUTORIA: COLETIVA		
<p style="text-align: center;"><b>JUSTIFICATIVA</b></p> <p>Excelentíssimos(as) Parlamentares,</p> <p>Permito-me, com a devida vênua e o acúmulo de muitos anos de labuta no intrincado universo do processo legislativo, debruçar-me sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) em rela, que se propõe a reconfigurar o artigo 61 da Carta Magna de Rondônia. A finalidade precípua é clara: adequar a atuação do Chefe do Executivo Estadual às exigências do cenário contemporâneo, notadamente no que concerne às suas ausências do território rondoniense e pátrio.</p> <p>A presente Proposta de Emenda à Constituição tem por escopo basilar a modernização do artigo 61 da Constituição Estadual, visando aprimorar a disciplina da atuação do Governador do Estado nas hipóteses de ausência física temporária, seja em deslocamentos intermunicipais, interestaduais ou internacionais, sem que isso configure impedimento ou vacância no cargo</p> <p>O avanço inexorável da administração pública digital e a consolidação das ferramentas tecnológicas têm permitido ao Chefe do Poder Executivo Estadual a manutenção da supervisão remota e efetiva das funções governamentais. Instrumentos como plataformas eletrônicas seguras, despachos à distância, comunicação institucional e gestão digital são realidades operacionais que prescindem da presença física para o pleno e profícuo exercício das atribuições do cargo.</p> <p>Cumpramos, ademais, que a própria Assembleia Legislativa do Estado já se utiliza de tais recursos para a realização de sessões remotas, votações virtuais e deliberações online, o que corrobora a tese de que a presença física não se constitui, por si só, em requisito inafastável para o exercício da função pública.</p> <p>É mister enfatizar que a proposição não tangencia as hipóteses constitucionais que autorizam a transmissão do cargo por motivo de impedimento ou vacância, preservando, incólume, o papel institucional do Vice-Governador. Trata-se, em verdade, de uma adequação normativa à realidade administrativa contemporânea, que robustece a segurança jurídica, garante a continuidade do serviço público essencial e fomenta a harmonia entre os Poderes. Em suma, esta PEC se revela um passo vital na edificação de uma gestão pública mais eficiente e alinha aos imperativos do século XXI.</p> <p>Assim, solicitamos o apoio e o voto dos Nobres Pares para a aprovação desta propositura.</p>			